

## INFÂNCIA NEGRA E ÍNDIA NOS REGISTROS DE BATISMO EM MANAUS (1820-1834)

## CHILDHOOD BLACK AND INDIA IN BAPTISM RECORDS IN MANAUS (1820-1834)

## INFANCIA NEGRA E INDIA EN LOS REGISTROS DE BAUTISMO EN MANAUS (1820-1834)

Ivanelison Melo de Souza<sup>1</sup>

Ygor Olinto Rocha Cavalcante<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo evidenciar como as crianças negras e índias foram inseridas na sociedade manauara do século XIX, sendo utilizado os registros de batismo como fonte importante para o melhor entendimento sobre esses indivíduos. Pois, possibilitaram o aprofundamento sobre as redes de poderes, sistema de compadrio e parentesco espiritual que compõe as relações entre as crianças indígenas e negras com o mundo livre oitocentista.

**Palavras-chave:** Infância. Negros. Índios. Registros de batismo.

**Abstract:** The purpose of this article is to show how black and Indian children were inserted in the Manaus society of the 19th century, using baptism records as an important source for a better understanding of these individuals. For, they made possible the deepening as networks of powers, system of compass and kinship that composes as relations between the indigenous and black children with the free nineteenth century world.

**Keywords:** Childhood. Black. Indians. Baptism records.

**Resumen:** El presente artículo tiene como objetivo evidenciar cómo los niños negras e indias fueron insertados en la sociedad manauara del siglo XIX, siendo utilizado los registros de bautismo como fuente importante para el mejor entendimiento sobre esos individuos. Pues, posibilitaron la profundización sobre las redes de poderes, sistema de compasión y parentesco espiritual que compone las relaciones entre los niños indígenas y negras con el mundo libre octavo.

**Palabras-clave:** La infancia. Negro. Indios. Registros de bautismo.

Envio 17/07/2017

Revisão 23/07/2017

Aceite 10/09/2017

<sup>1</sup> Estudante do curso técnico em Manutenção e Suporte em Informática. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias, Coari, Amazonas. ivanelisonmelodesouza@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas UFAM. Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologias, Coari, Amazonas. ygor.olinto@gmail.com

## Introdução

Mariana, menina negra de doze anos de idade, filha da escrava Eufrásia Maria, moradora do Lugar da Barra do Rio Negro, se via às voltas com a necessidade de provar sua liberdade. Em outubro de 1820, suplicava ao Vigário Geral do Bispado do Pará o reconhecimento de sua alforria ocorrida na pia batismal através da emissão de um novo termo de batismo, pois, no registro anterior feito em 1808 havia sido “muito simplesmente” suprimida a sua condição de liberta.<sup>3</sup> Em um contexto de apresamentos para o trabalho compulsório e os riscos de reescravização (ou mesmo de escravização ilegal), ter em mãos um documento que atestasse a sua condição de liberdade era fundamental. Mariana cresceu junto à maioria de habitantes índios destribalizados ou mestiços, em um pequeno agrupamento urbano, próximo às ruínas da fortaleza da Barra do Rio Negro (Sampaio, 2014, p.43-44).

Ali, viviam de uma agricultura de subsistência e comercializavam produtos naturais. A população crescia cada vez mais. As crianças que nasciam eram levadas para serem batizadas na pia batismal, transformando os registros de batismo em um importante material histórico guardado nos arquivos paroquiais, que contém informações detalhadas acerca da cerimônia e possibilitam ao pesquisador a formulação de categorias e variáveis quantificáveis, além de oferecer informações que podem ser lidas em seu aspecto qualitativo.

O conceito sobre Infância mudou com o passar dos séculos, principalmente pela intervenção da Igreja. No Brasil do século XIX, o conceito imposto pela Igreja era o que predominava, as crianças eram adultas numa idade mais avançada, não valendo para os negros e os índios, que tinham sua infância roubada pelo mundo do trabalho, tornando-se adulta muito cedo (Pessoa, 2015, p. 25-58).

No Amazonas do século XIX, as crianças também eram tratadas de forma desigual, enquanto a branca era igualada ao menino Jesus, os negros e os índios eram associados a seres inferiores e que precisam ser civilizadas. De acordo com Alba Barbosa, a criança indígena era considerada como uma folha de papel em branco, que podia ser facilmente moldada aos costumes europeus, enquanto a criança negra era preparada somente para o trabalho escravo.

---

<sup>3</sup> Livro de Batismo 1 da Cúria Metropolitana de Manaus, registro de 23 de outubro de 1820.

No decorrer deste texto buscamos elencar perfis de crianças batizadas (através das variáveis: sexo; idade; cor; condição jurídica), bem como recuperar as redes sociais que lhe davam suporte material e simbólico naquela sociedade, pois, os indígenas e negros escravizados aproveitaram a pia batismal para tecerem laços de proteção e ajuda mútuas.<sup>4</sup> A história de Mariana demonstra como os registros de batismo podem revelar conflitos em torno da liberdade e questões ligadas ao mundo do trabalho no início do século XIX, nos confins do Grão-Pará.

### **Trabalho e Liberdade na Amazônia**

A maioria dos indígenas registrados no livro de batismo foram capturados em descimentos<sup>5</sup>. Ato que vem se realizando desde o período colonial, ganhando destaque a partir do Diretório dos Índios de 1757, criado por Marques de Pombal (Moreira Neto, apud, Santos, 2002, p.54). Esta legislação transformou os índios em vassalos, regulamentando a liberdade que já tinha sido concedida em 06 de junho de 1755, que seria tutelada pelos diretores parciais. No final do século XVIII surgiu uma nova legislação, substituindo o diretório pombalino, a Carta Régia de 1798. A carta colocou novas leis indigenistas em vigor, como a proibição de violências aos indígenas, o fim da guerra justa que culminava na escravização dos índios, com foco principal na regulamentação dos descimentos (Sampaio, 2012, p.233). Qualquer tipo de captura de índios feita pela Coroa Portuguesa estava proibida, tanto pelo alto custo quanto pelos riscos de um negócio que poderia dar prejuízos. Ao em vez disso ela começou a dar prêmios, privilégios, seja na questão social ou em questões políticas, para os indivíduos que desciam os índios, estimulando, portanto, o poder privado de captura de força de trabalho. Como afirma a historiadora Patrícia Sampaio: “os prêmios são a concessão de sesmarias, declaração de nobreza e habilitação para ocupação de cargos e isenção dos dízimos por seis anos” (Sampaio, 2012, p.233). Nesse sentido, descer indígenas se tornou uma profissão lucrativa e um aspecto importante nas estratégias de enobrecimento e definição de hierarquias sociais. Os particulares que desciam os índios deveriam apresenta-los para a Câmara local, onde os índios se submeteriam aos Termos de Educação e Instrução (Sampaio, 2012, p.234). Os índios trabalhariam durante um tempo para o particular, e depois deste período, sempre determinado

<sup>4</sup> Os registros de batismo de 1820-1834 compõem o Livro 1 da Cúria Metropolitana de Manaus. Trata-se de um livro inédito para a historiografia local.

<sup>5</sup> Os descimentos foram meios que a Igreja e particulares pudessem conseguir de forma amistosa que os índios entrassem para o mundo civilizado e servissem como mão-de-obra barata (Sampaio, 2012).

pela Câmara, os indígenas receberiam salários.<sup>6</sup> Após serem apresentados à Câmara, os indígenas deveriam ser levados pelo mesmo particular para serem batizados, no sentido de serem doutrinados no Cristianismo. Com efeito, há uma relação estreita entre as práticas de descimento e os batizados ocorridos nesse contexto.

Vários particulares aproveitaram os benefícios da Carta Régia para enriquecer, como é o caso de Francisco Ricardo Zany:

O uso do trabalho dos índios é prática corriqueira. O Capitão Francisco Ricardo Zany, por exemplo, possui em sua propriedade em Manaquiri, 20000 pés de café e cacau, roças de mandioca, algodão e outros produtos alimentícios. Além dos escravos negros, utilizavam o trabalho de índios Passés, Juri e Macunás, “que ele mandou do Japurá para aqui”. (Sampaio, 2014, p. 43-44)

O enriquecimento por partes dos particulares, ora dava-se pela legalidade, obedecendo a Carta Régia, ora pela ilegalidade, quando os seus interesses iam de encontro com a própria Carta, para isso os particulares, aproveitando dos seus cargos públicos, descumpriam algumas leis da Carta para proveito próprio, quando desciam os índios, recorrendo, na maioria das vezes, a violência, levando populações inteiras à força para a cidade, afim de usufruir de seus trabalhos (Sampaio, 2012, p.288-289). Esse é o contexto no qual as crianças dos registros de batismo que ora apresentamos se inserem.

85

### **Laços de proteção e ajuda mútuas**

O parentesco espiritual é o estabelecimento de relações sócio-parentais dos envolvidos na celebração do batismo. Esses laços davam condições de solidificar convivências mais íntimas entre todos os segmentos sociais, sendo que o parentesco ia para além do sangue e afinidade. Na lógica católica os padrinhos são os “segundos pais”, e, essa ampliação das redes parentais era aspirada por diversos indivíduos na medida em que poderia assegurar melhores condições de vida (Silva, p.09).

Vários indígenas escravizados recorriam as pessoas que possuíam condições de vida estáveis, com o intuito de admiti-los como segundos pais de seus filhos garantindo, assim,

---

<sup>6</sup> Ao final do serviço, os particulares deveriam pagar-lhes os salários devidos. Sendo em forma de mercadoria como cachaça, calça de algodão ou em dinheiro.

melhores condições de sobrevivência, trabalho e abrigo (Silva, p.11). Por outro lado, trata-se do reforço de uma política de dominação pessoal bastante característica da sociedade colonial, com ênfase nas relações escravistas. O sistema de compadrio dessa maneira carrega a contradição social que de um lado permite criar melhores condições de vida e por outro, reproduz a lógica de dominação pessoal (Silva, p.11). Os escravos da Manaus do século XIX se abriam para essas estratégias de compadrio. Essa abertura tinha, na verdade, um sentido político, pois os escravos poderiam tecer laços sociais que diminuiriam as agruras do cativeiro. Tais ampliações dos laços parentais tiveram como efeito a solidificação de redes de apadrinhamentos que permitiam estratégias de proteção e amparo (Florentino, Goés, 1997, p.90).

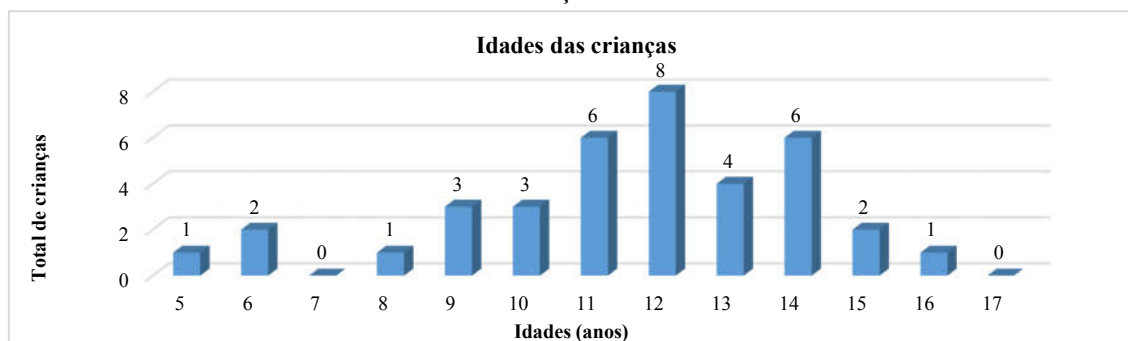
Dessa maneira, os escravos buscavam pessoas que gozavam de prestígios sociais e possuíam influências na sociedade manauara, construindo uma aproximação em relação à chamada “redes de poderes”. Valemo-nos, aqui deste conceito para elucidar a prática relacional que espelha objetivos precisos, individuais ou de grupos, que se podem observar a partir de suas conexões pessoais com grupos econômicos do período – os grandes negociantes e proprietários de terras e de escravos – e as antigas famílias que controlavam os poderes locais e estendiam sua esfera de influência não só para além dos próprios limites provinciais como em direção ao poder central, cobrindo a geopolítica de antigas redes comerciais (Martins, 2007). As configurações de redes de poderes acabavam por organizar uma determinada estrutura social onde a própria identidade individual ainda se encontrava fortemente vinculada às relações familiares e às redes sociais às quais estavam associados os indivíduos que delas se valiam. O que fazia com que, frequentemente, antes de serem homens públicos, fossem eles representantes dos interesses e dos negócios dos grupos e famílias que os aproximaram do poder (Fragoso, Gouvêa, 2010, p.22).

Nessa direção, os negros e os índios utilizavam estratégias individuais e coletivas, na busca de formas de vida mais humanizadas, construindo laços de proteção e ajuda mútuas e diminuindo a precariedade da liberdade e as agruras da escravidão – aspectos articulados estreitamente relacionados para a manutenção das hierarquias do Brasil (Sampaio, 2012, p.288).

### Perfis dos batizados

A criança deveria ser batizada até seu oitavo dia de vida,<sup>7</sup> e os pais que não cumprissem este regulamento, pagariam multas muito pesadas (Silva, p.03). Essas normas foram criadas com todo um sentido simbólico, por exemplo: Segundo a lógica católica, se a criança morresse antes de ser batizada, ela não iria para o céu e sim para limbo espiritual.<sup>8</sup> Expondo toda uma preocupação da Igreja em relação ao batismo das crianças, porém, a partir da análise do gráfico 1, vemos que a maioria das crianças batizadas possui mais de sete anos de idade. A dificuldade de atender as normas do Arcebispo da Bahia, era grande, pois, boa parte das crianças eram indígenas trazidas para a Barra, através de descimentos, realizados por particulares, conforme o gráfico 2.

Gráfico 1. Idades das Crianças batizadas nos anos de 1820 a 1834



Fonte: Livro 1 da Cúria Metropolitana de Manaus (1820-1834)

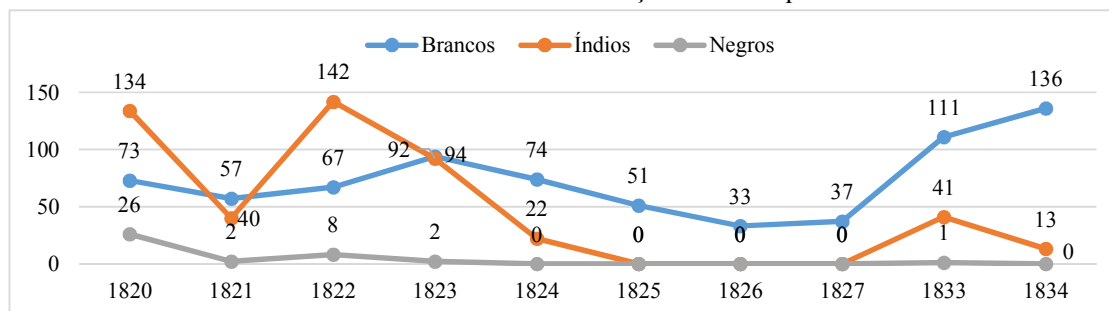
Embora haja um número grande de crianças que não possuem suas idades registradas,<sup>9</sup> é importante salientar, que os dados dos batizados indicam noções diferentes para a infância no século XIX, pois muitas crianças batizadas, ao completarem sete anos de idade, eram registradas como adultas, revelando desta maneira uma mentalidade sobre a infância da criança. Segundo Patrícia Sampaio, elas estavam habilitadas para a vida religiosa, bem como para as responsabilidades do mundo do trabalho, desde a mais tenra idade.

<sup>7</sup> Trecho tirado das Constituições do Arcebispo da Bahia, que era válido também no Grão-Pará.

<sup>8</sup> O limbo espiritual para os católicos é um lugar para onde vão as pessoas que morreram antes de serem batizadas (Silva, p.11).

<sup>9</sup> Uma hipótese para o não registro das idades, era que os vigários não eram obrigados a anotar as idades das crianças nos registros de batismo.

Gráfico 2. Total de crianças batizadas por anos



Fonte: Livro 1 da Cúria Metropolitana de Manaus (1820-1834)

Os registros de batismos revelam conforme pode se notar no gráfico 2, que a maioria das crianças batizadas podem ser classificadas como indígenas. Aqui unimos tanto aquelas crianças que foram classificadas como gentias, termo na época utilizados para índios não cristãos, quanto aquelas que apresentaram os nomes de suas etnias. Vale lembrar que na visão colonial, os gentios eram selvagens, considerados inimigos, que a melhor maneira de trazer para o mundo colonial era através dos descimentos e do próprio batismo. Uma vez dominados, os colonizadores poderiam fazer amizades e alianças, principalmente com os líderes das aldeias, que eram chamados de principais, estes poderiam oferecer índios aos particulares. Em outros casos os próprios índios faziam os descimentos, como é o caso de Tinoco.

88

(...) Ele, enquadrado na categoria de particular que a Carta delineou, livre do engajamento nos corpos de serviços, pode ir ao sertão, descer os índios que seus acordos (ou a força de suas armas) permitirem e registrar o usufruto deles na Câmara. (Sampaio, 2012, p. 270)

Com o passar dos anos o total de crianças indígenas diminuem nos registros de batismo, nos anos de 1825 a 1827,<sup>10</sup> elas desaparecem dos registros, retornando em pequenas proporções apenas no ano de 1833, ocorre o mesmo com as crianças negras, que apareceram em poucas quantidades e vão sumindo aos poucos dos registros. Apenas no ano de 1820, as estatísticas mostram o número maior de crianças negras, porém, cabe registrar que trata se de um número

<sup>10</sup> De acordo com o gráfico, os registros de batismos de crianças brancas ainda se mantêm em alta no decorrer dos anos.



bastante aquém em relação ao estimado se considerarmos o total da população negra e índia a época (Sampaio, 2014, p.41).

Este desaparecimento das crianças negras e índias se dá por vários motivos. O primeiro motivo, é a guerra, ocorrida na década de 1820. Neste período aconteceram vários conflitos armados, nos quais índios e negros engajaram-se fortemente para lutarem por melhores condições de vida. O ponto culminante deste processo foi a Cabanagem.

Embora estudos apontem que a Cabanagem fosse um conflito regencial, concordamos com Magda Ricci, quando ela aponta que a Cabanagem foi uma revolução de nível internacional, onde índios, mestiços e negros, lutavam para terem melhores condições de vida, ela começou em 1835 e teve seu fim em 1840, com milhares de mortos,<sup>11</sup> esse movimento se espalhou por toda a região e além das fronteiras do Grão-Pará (Ricci, 2006, p.5-30).

Para suprir a propalada carência de mão de obra, os particulares, como Francisco Ricardo Zany, que era comerciante e Capitão, intensificaram as práticas dos descimentos, e em alguns casos eles desciam índios já aldeados.

Zany tinha sobre si várias denúncias de envolvimento no apresamento e comércio ilegal de índios na Capitania; porém, sua posição privilegiada enquanto comandante das armas, importante comerciante e ainda genro do governador do Negro lhe permitia resguardar-se de medidas mais restritas. Nessa ocasião, seus alvos foram os Marauá já aldeados. (Sampaio, 2012, p. 289)

89

A intensificação dos *descimentos* abre uma possibilidade para a precariedade da liberdade, alguns viajantes que passaram por Manaus e arredores, como Henrique Lister Maw, relataram índios escravizados, indo de encontro com os regulamentos da Carta Régia vigentes até meados do século XIX.

Na Casa de um branco, aonde Mr. Hinde foi fazer algumas indagações, em quanto eu fiquei a tomar cuidado do bote, viu ele uma Índia completamente nua, e que pertencia, julgo eu, á tribu Origone, e provalmente era escrava. (Maw, 1989, p. 183)

<sup>11</sup> Os estudos de Magda Ricci apontam entre 30 mil a 100 mil mortos na Cabanagem. (Ricci, 2006)



Ele também relatou a compra de indígenas, que desde 1755 estava proibida, de acordo com a lei de liberdade, da mesma forma como a Carta Régia, veio estabelecer em 1798 parâmetros legais para uso do trabalho indígena sem recorrer as práticas de compra e venda.

Quando hum branco julga precisar de Indios, seja para uso, ou para trocar por fazendas (Segundo a antiga ley, não se permittia a venda dos Indios, mas o Cabo que tinha a superintendencia das pequenas embarçaõens no Rio Negro, disse-nos que podiamos ter comprado por dez mil reis hum rapaz para nos servir). (Maw, 1989, p. 187)

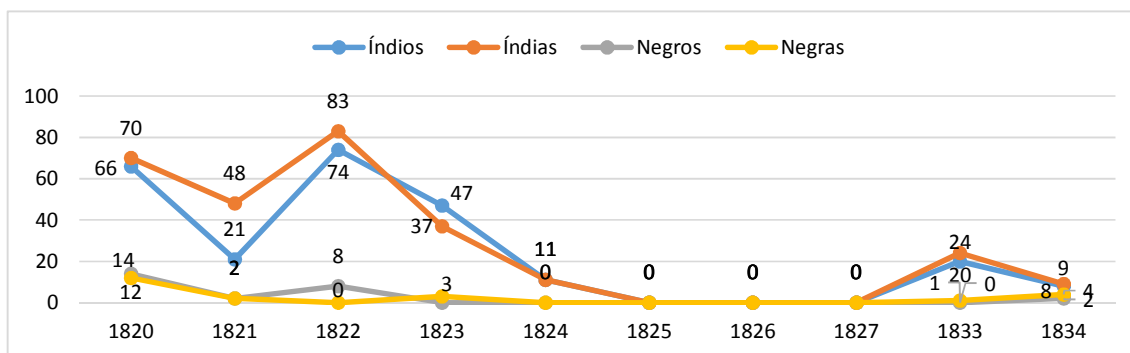
Os particulares tinham suas preferências, de acordo com os dados dos registros de batismo, é possível analisar, que entre as crianças indígenas, havia mais meninas sendo batizadas, gráfico 3, essas meninas poderiam servir para o trabalho doméstico, como observa Henrique Lister Maw, quando descreve Índias preparando bolo.

(...) Estava ella presidindo á parte feminil do estabelecimento, consistindo de varias filhas, e Indias, empregadas em preparar mandioca. A senhora da casa estava assentanda n'hum extremidade do telheiro, com duas ou tres peneiras, pelas quaes passava a farinha mais fina, que era muito branca, e de que faziaõ bôlos. As filhas, e as Indias estavaõ juntas perto d'hum grande fôrno, em cima do qual cosiaõ bôlos. (Maw, 1989, p. 230)

90

No que se refere as crianças negras, o número de meninos é maior nos registros de batismo. Considerando os estudos recentes sobre a escravidão no Amazonas, é possível afirmar que esses meninos fossem destinados a trabalhos na lavoura, se fossem propriedades de senhores de terras; ou, vivendo no espaço urbano, poderiam trabalhar como escravo de ganho, isto é, desempenhando serviços de pedreiros, carpinteiro, ferreiro, roceiro, muito comuns na Manaus do século XIX (Cavalcante, 2015, p.33-34).

Gráfico 3. Crianças índias e negras divididas entre meninas e meninos.

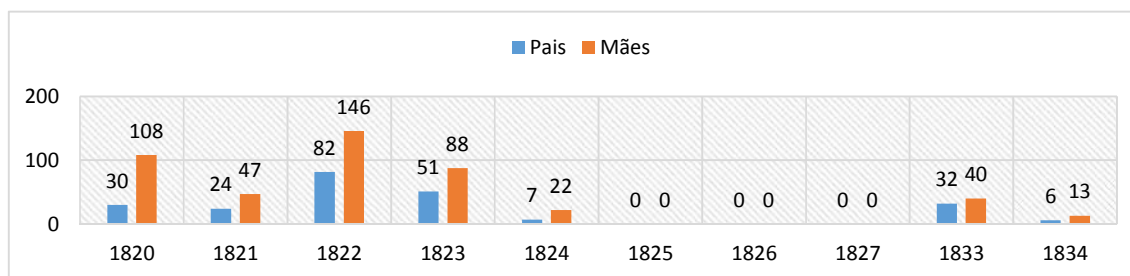


Fonte: Livro 1 da Cúria Metropolitana de Manaus (1820-1834)

O maior número de meninas batizadas pode revelar uma preferência nos recrutamentos através dos descimentos, relacionada ao atendimento dos trabalhos domésticos. Por outro lado, como já argumentamos, os meninos poderiam ser recrutados para os trabalhos nas lavouras ou nas coletas das drogas do sertão<sup>12</sup>. Cumpre ressaltar de acordo com os registros de batismo, que as meninas tinham, na maioria dos casos, como única responsável a mãe. Trata-se, desse modo, de uma família matrifocal – ao que parece, este é um padrão muito frequente entre as famílias não brancas da sociedade manauara, isto é, arranjos entre filhos e a liderança de mulheres. Nesse sentido poucos são os casos de famílias tipicamente nucleares com pai, mãe e filhos.

91

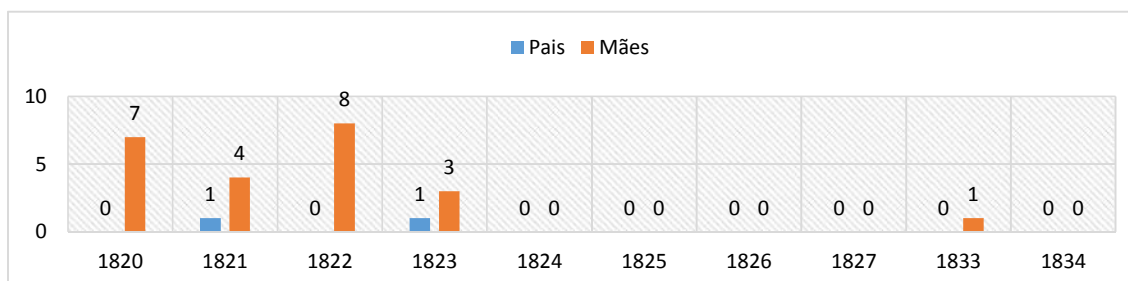
Gráfico 4. Divisão dos pais indígenas entre pais e mães.



Fonte: Livro 1 da Cúria Metropolitana de Manaus (1820-1834)

<sup>12</sup> Drogas do Sertão na visão colonial eram produtos da floresta como cacau, canela, castanha, cravo, pimenta etc. (Sampaio, 2014).

Gráfico 5. Divisão dos pais negros entre homens e mulheres.



Fonte: Livro 1 da Cúria Metropolitana de Manaus (1820-1834)

Sendo a maior parte das famílias não branca manauara, matrilocais, faz-se necessário avaliar corretamente as condições sociais de existência dessas famílias naquele contexto. As mulheres sozinhas com seus filhos, estavam em circunstância precárias de vida em liberdade, para não ter seus filhos arrancados do seu leitor familiar, por tutores, elas preferiam se aliar aos seus senhores, através do parentesco espiritual, mantendo dessa forma a integridade da família. Embora essa situação tenha sido estudada de forma mais sistemática nas últimas décadas do século XIX, acreditamos que essa prática esteve presente também no início do século XIX. Assim, a situação dessas famílias matrilocais, considerando as situações precárias de liberdades, resultantes das práticas de escravização ilegais e recrutamento de força de trabalho através dos descimentos, é de vulnerabilidade (Cavalcante, 2015, p.207).

Essas crianças que eram sequestradas de suas aldeias ou povoações, eram trazidas para Manaus, tornando a cidade o lugar de várias etnias, Patrícia Sampaio e Natália Albuquerque, falam sobre as diferentes etnias indígenas na sociedade manauara e como os registros de bastimos possibilitaram recuperar essas etnias mesmo de forma fragmentada, utilizando os registros de batismos dos anos de 1835-1845, posterior aos registros utilizados nesse trabalho de 1820-1834. Na tabela abaixo podemos observar as diferentes etnias.

Tabela 1. Etnias indígenas na cidade de Manaus.

Etnias indígenas	Total	Etnias indígenas	Total
Mura	57	Cautauxi	2
Passé	31	Colina	2
Jurí	23	Courona	2
Macú	19	Marauã	2
Ainumã	17	Miraiã	2
Miranha	16	Ainanbú	1
Pafoé	7	Ariamá	1
Anumã	5	Caripuna	1
Catauxi	4	Guepe	1
Macarari	4	Inihenbé	1
Pixuna	4	Inpuá	1
Buca Preta	3	Jauarite Tapécia	1
Macunã	3	Maraú	1
Marahás	3	Muinanbú	1
Palpe	3	Uainanbei	1
Puruparu	3	Uapê	1
Aicanã	2	Uracuá	1
Arara	2	Urainunrã	1
Catuquina	2	Uratuá	1

Fonte: Livro 1 da Cúria Metropolitana de Manaus (1814-1834)

A etnia que mais aparece nos registros trabalhados aqui são os Mura. Essa etnia atacava bastante os portugueses, resistindo fortemente a colonização, encarado pelos portugueses como empecilhos, houve, assim, um processo para pacificar os Muras, através da catequização. É possível afirmar que a presença dos Muras entre os indígenas registrados deve-se também à intensa rota migratória desde o século XVIII, desde o Rio Madeira, passando pelo Solimões e chegando enfim ao Rio Negro.

Outro fator que pode ser utilizado para explicar a presença dessas etnias na vida urbana, é a requisição dos Serviços Reais. Segundo estudos de Luís Balkar, ela surgiu com a crise da mão-de-obra indígena nas primeiras décadas do século XIX. Esses índios que serviriam aos Serviços Reais, trabalhariam nos corpos de trabalhadores e de milícias, eles executariam tantas obras de interesse público, quanto de particulares (Pinheiro, 2007, p.88), as consequências da

requisição de índios para os Serviços Reais, despovoava aldeias e povoações, intensificando ainda mais a precariedade da liberdade dos indígenas, desestruturando famílias que tinham seus sustento a partir da agricultura de subsistência, por que eram convocados para servir aos corpos de trabalhadores (Pinheiro, 2007, p.90).

Os índios e índias começavam a sumir de determinadas vilas, várias pessoas denunciaram o governo por tais ações, uma delas é o Cônego André Fernandes:

Da mesma maneira, denunciou que o “Pesqueiro Real” e os cafezais localizados em Manacapuru, haviam se constituído em verdadeira “pedra de escândalo para se despovoar de índios e índias o Lugar de Avellos, com o nome de mudas para o serviço, que jamais voltam à povoação”. (Pinheiro, 2007, p. 89)

A continuidade dos recrutamentos para o exercício dos Serviços Reais, intensificava a precariedade da liberdade dos indígenas, que já tinham seus cônjuges ou até mesmo filhos. Para escapar dos recrutamentos, institui-se uma prática no âmbito dos costumes, (isto é, extra institucionais), de pagar pela manutenção da liberdade das crianças e adolescentes (levando ao argumento ao limite, temos, aqui, a antecipando a lógica liberal capitalista da venda da força de trabalho que associou a liberdade ao trabalho assalariado). Todavia, como essas famílias sobreviviam da agricultura de subsistência, restritas a economia de troca simples, não tinham dinheiro suficiente para pagar tais tributos ilegais costumeiros. Assim, ou as famílias indígenas pagavam por suas liberdades, ou procurariam senhores a qual pudessem pedir proteção, essas famílias sofriam uma dupla pressão: 1) A coerção econômica e 2) a submissão ao sujeito de prestígio social (Pinheiro, 2007, p.90).

Dessa forma, a pia batismal pode ser encarada como o espaço simbólico de articulações de arranjos sociais para definir a inserção das crianças nessa sociedade, comprometida com a precariedade da liberdade e as hierarquias sociais. Nesse sentido as crianças negras e índias que tivessem padrinhos livres estariam mais protegidas de situação de preconceito e discriminação, além de eventuais sequestros e processos de escravização ilegal (embora este último caso não deva ser excluído como hipótese inclusive por parte dos próprios padrinhos), assegurando, assim, melhor convivência na sociedade pois sendo os padrinhos envolvidos em redes de poderes seus afilhados participariam – ainda que em situação de subalternidade – de poderosas redes de colaboração e proteção.

### **Relações sócio-parentais no contexto de liberdade precária**

A situação das crianças negras e índias, batizadas por pessoas livres pobres, ou por pessoas escravizadas, em uma sociedade com fortes traços escravistas e baseada no domínio pessoal de tipo patriarcal, é certo que enfrentavam situação de aguda vulnerabilidade social. Isto é, desde o nascimento essas crianças viveriam uma liberdade precária e, ao longo de seu desenvolvimento, o amplo arco de mecanismo de exclusão social. No limite muitas delas poderiam ser vendidas, sequestradas, violadas e por isso era muito importante que elas estivessem envolvidas em redes de poderes.

Embora este trabalho não tenha se concentrado sobre os dados referentes as qualidades dos padrinhos, contudo, foi possível perceber a frequente presença de altas patentes militares. De qualquer forma apontamos aqui a necessidade de estudos sobre o tema, pois a busca por pessoas envolvidas em redes de poderes certamente contribui para a relação sócio-parentais dos sujeitos envolvidos no ato da celebração do batismo, criando o parentesco espiritual que oferecia proteção em todos os segmentos sociais. Este é um aspecto que deve ser estudado com maior acuidade no intuito de verificar se esse era um padrão aspirado de forma hegemônica no tecido social, da classe mais baixa a classe mais alta, que, em tese utilizariam tais ferramentas para tecerem laços de ajuda mútuas. Nosso trabalho procurou analisar os dados sobre as crianças índias e negras na Manaus oitocentista, visando contribuir para estudo da infância na Manaus no século XIX, pelo que podemos perceber a acentuada presença de crianças indígenas nascidas em famílias matrifocais permitindo-nos, portanto a conclusão, provisória, de sua vulnerabilidade social no contexto histórico aqui trabalhado.

### **Referências**

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini. **Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé, (1852-1888).** / Dissertação de Mestrado-Universidade Severino Sombra, Vassouras: USS, 2006.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. **Uma viva e permanente ameaça:** resistências, rebeldias e fugas escravas no Amazonas provincial. Jundiá, Paco Editorial: 2015.

FLORENTINO, Manolo; GOÉS, José Roberto. **A paz na Senzala:** Família Escrava e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na trama das redes: política e negócios no império português, século XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARTINS, Maria Fernanda. **Os tempos da Mudança:** elites, poder e redes familiares no Brasil, século XVIII e XIX. In: Org. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Conquistadores e negociantes:** Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos, América lusa, Século XVI a XVIII. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATTOS, Hebe. Guerra Preta: cultura políticas e hierarquias sociais no mundo atlântico. In. João Frago e Maria de Fátima Gouvêa (org.). **Na trama das redes: política e negócios no império português, século XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo (1971). **A Política Indigenista durante o Século XIX**. (Tese de doutoramento, Rio Claro, Faculdade de Rio Claro). Apud: SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da Conquista**: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

PESSOA, Alba Barbosa. **Infância e trabalho**: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920). – Manaus: EDUA, 2015.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Revoltas populares no Grão-Pará, 1823-1832**. IN: Amazônia em Caderno, n. 7/8, 2001/2002/. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Uma revolta popular e suas representações na historiografia**. – Manaus: Editora Valer, 2001.

PORTELA, Daniele Fagundes. **Registros de batismo da Paroquia Nossa Senhora Penha de Franca uma fonte para o estudo do cotidiano privado das crianças negras livres na província de São Paulo (1871-1888). Desafios e possibilidades.** Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2013.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Dossiê**. Pará, v. n. p. 5-30, dez, 2006. Disponível em: <[www.scielo.org/pt/tema/tema.htm](http://www.scielo.org/pt/tema/tema.htm)> Acesso em: 29 out. 2016.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Rastros da memória: história e trajetórias das populações indígenas na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2006.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Os fios de Ariadne**: Fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX. 2ª. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Espelhos Partidos**: Etnia, legislação e desigualdade na colônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas. 2012.

SILVA, Sidney Pereira. **Os registros de batismo e as novas possibilidades historiográficas.** Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Valença.